

O PEQUENO PRODUTOR FAMILIAR E SUAS RELAÇÕES COM O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

Darlene Aparecida de Oliveira*

O presente trabalho constitui parte da dissertação de Mestrado "A Persistência da Unidade Familiar de Produção — A Sericicultura em Charqueada", apresentada pela autora ao curso de pós-graduação, em Geografia da UNESP — Rio Claro e tem como objetivo a análise do pequeno produtor familiar e sua inserção no complexo agroindustrial, via vinculação/subordinação do produtor de casulos do bicho-da-seda à fiação de fios de seda.

Primeiramente, efetua-se uma breve exposição do processo de constituição do CAI no Brasil e de que formas o produtor familiar foi atingido por este processo.

O produtor familiar é caracterizado, segundo postulados teóricos propostos por Chayanov (1974) e Tepicht (1973), destacando, principalmente, o raciocínio do produtor quando da análise da rentabilidade da produção, privilegiando suas despesas e a satisfação de necessidades.

A seguir, efetua-se uma análise das relações entre este produtor e a fiação de casulos do bicho-da-seda, atentando para as formas de subordinação impostas pela fiação, via comercialização. São destacadas as formas de controle de qualidade do produto e o estabelecimento de preços, sempre a favor da indústria, e que representa a forma de obtenção da mais-valia através da exploração do trabalho da família, nunca contabilizado pelo produtor.

A Constituição do CAI e o Pequeno Produtor Familiar

O final da década de sessenta marca, para o setor rural brasileiro, um momento de transformações. É o marco de constituição no país do chamado Complexo Agroindustrial (CAI), também denominado como o processo de industrialização do campo.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, inicia-se um processo de modernização da agricultura, limitado à utilização de bens de origem industrial, cuja demanda era suprida pelas importações de maquinário e insumos químicos americanos. Em fins da década de cinquenta, o governo brasileiro viabiliza a implantação de um setor industrial de bens de produção e insumos básicos, que visa suprir a demanda da agricultura no país.

A partir de meados de sessenta até final da década de setenta, o processo de industrialização da agricultura se consolida e implanta-se, definitivamente no Brasil, o CAI (Complexo Agroindustrial).

Baseada no desenvolvimento de um setor industrial, produtor de insumos agrícolas, paralelo ao desenvolvimento e modernização de um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária, origina-se um sistema de agroindústrias, constituído por um ramo industrial a montante (meios de produção para a agricultura) e outro, a jusante (processamento de produtos agrícolas), que transformam sensivelmente a agricultura brasileira.

A agricultura modernizada, incentivada pelo Estado e induzida tecnologicamente pela indústria, transforma-se, alterando sua base técnica de produção.

*Departamento de Geografia — ICH — PUC — Campinas

Neste contexto de desenvolvimento, o setor agrícola alcança papel importante, pois torna-se, não só, um setor produtor de matérias-primas e alimentos, mas também um mercado para as indústrias de máquinas e insumos agrícolas. Destacam-se então, aquelas culturas consideradas "dinâmicas", destinadas tanto à exportação como à agroindústria, capazes de gerar um mercado consumidor de maquinário e insumos.

O instrumento, que viabilizou o novo modelo colocado para a agricultura brasileira, foi o crédito rural. Sem este instrumento muitos produtores não conseguiriam efetivar a produção, acompanhando as diretrizes do novo pacote agrícola.

O crédito rural, como instrumento de viabilização do CAI, por consequência, também foi o elemento desagregador da estrutura de produção proposta. O empréstimo bancário, concedido mediante a titulação da terra, e outros processos burocráticos enfadonhos, além da preferência por operações de maior vulto, fizeram do crédito rural um instrumento concentrador, tanto em termos espaciais, já que acabou concentrando-se em produtos específicos, nas regiões Sudeste e Sul do país, como em termos sociais, favorecendo pequena parcela de agricultores.

Esse processo de modernização da agricultura brasileira realizou-se através de intensa diferenciação e até exclusão de certos grupos sociais e regiões incapazes de acompanhar as transformações.

Forma-se no país grande parcela de agricultores, residentes em minúsculas propriedades, transformados em força de trabalho inoperante, dificilmente absorvida em outro ramo da economia.

Além da questão, concentração do crédito como formador de mão-de-obra ociosa, o processo de industrialização da agricultura também provocou uma especialização produtiva, que veio ampliar o problema da sazonalidade da atividade agrícola a qual concentrou as atividades produtivas em determinados períodos do ano, principalmente quando da colheita, dispensando a mão-de-obra nos períodos subsequentes.

Concentrado o crédito rural, incentivado o cultivo de produtos para exportação e matérias-primas industriais e impostos padrões de produção de difícil acesso a todos os produtores, fica afetado sensivelmente o funcionamento das pequenas unidades de produção familiar.

Segundo Silva (1984: 51), ocorre entre as unidades familiares ou camponesas dois processos: um de diferenciação e outro de decomposição. O processo de diferenciação camponesa é entendido como um processo transformador, no qual as unidades produtivas em sentido ascendente ou descendente, tornam-se mais ricas ou mais pobres, mas mantêm sua característica primordial que é a utilização da mão-de-obra familiar como base da produção.

A decomposição das unidades camponesas se processou através de transformação profunda que as levou, em sentido ascendente, a tornar-se uma unidade capitalista de produção ou, em sentido descendente, a perder sua condição de unidade de produção autônoma ou a proletarianização.

O processo de proletarianização ficou evidenciado no Brasil pelo grande contingente de força de trabalho que foi expulsa do campo (êxodo rural), que antes das transformações, já especificadas, trabalhavam como parceiros, agregados, trabalhadores fixos em propriedades agrícolas e foram dispensados, transformando-se em trabalhadores temporários ou bóias-frias.

Aqueles que se mantiveram na condição de proprietários, como tal integraram-se ao processo, via mercado, como fornecedores de matérias-primas, subordinando-se às indústrias como produtores autônomos ou associados a cooperativas.

A subordinação às indústrias processou-se através de financiamentos, efetuados via fornecimento de insumos e assistência técnica, pagos quando da entrega do produto final e obrigando o produtor a alcançar padrões de qualidade pré-estabelecidos e a venda exclusiva para a indústria que lhe forneceu os insumos. É este o exemplo que veremos mais adiante.

Por hora, como pode-se observar do que foi rapidamente exposto, o padrão de organização do espaço agrário brasileiro sofreu transformações sensíveis nos últimos trinta anos.

Em termos espaciais, antes da modernização podia-se considerar o espaço agrário brasileiro como um espaço, até certo ponto uniforme, pois o padrão de produção não possuía uma especialização própria para cada cultivo, sem grandes especificações técnicas.

Assim a especialização da agricultura, surgida com a modernização e o CAI, estabelece para cada cultivo um tipo específico de técnica, tanto de plantio quanto de tratos ou de colheita.

Passa-se a ter um espaço diversificado e até mesmo regionalizado, já que cada área passa a apresentar um padrão específico de organização, identificado visualmente pela distribuição do cultivo na propriedade, pelas construções agrícolas, pela própria cultura em si, como por exemplo: a diferenciação entre uma área canavieira e outra vinícola.

Entretanto, se visualmente a especificidade de cada cultivo é clara, e por conseguinte, o próprio espaço define isto, apresentando-se organização de forma diferenciada, as relações sociais ou de trabalho não são assim tão evidentes. Evidentemente o trabalhador temporário ou bóia-fria é um elemento que apresenta características de fácil percepção.

Mas, no interior das pequenas unidades familiares, as relações com o CAI acabam disfarçadas e são perceptíveis somente quando de um contato direto com o produtor.

Este pequeno produtor, que antes comercializava seu produto diretamente em feiras ou empórios, deixa de ser um elemento organizador direto do espaço. Agora, a decisão do que ou como produzir não é mais determinada por ele, mas sim pela indústria com a qual ele se encontra vinculado.

Pode-se dizer então, que nas áreas do país onde a agricultura passou a vincular-se diretamente à indústria, o CAI foi o elemento que estabeleceu os padrões de organização espacial. Foi, portanto, o elemento que, via processo de dominação, diferenciou a agricultura brasileira em termos espaciais e temporais.

Vejamos mais particularmente, como se processa a dominação do pequeno produtor ou produtor familiar ao grande capital, representado pelas agroindústrias, analisando a vinculação do produtor familiar de casulos do bicho da seda à fição.

A Vinculação do Produtor Familiar ao CAI

Antes de demonstrar como se dá o processo de vinculação entre os produtores de casulos de Charqueada e a fição Bratac, é necessário que se entenda o porquê da vinculação e como ela pode ser entendida no contexto da economia camponesa ou produção familiar.

Primeiramente, seria interessante definir o produtor familiar ou camponês a que nos referimos. Utilizamos para tanto, o conceito teórico estabelecido por Chayanov (1974) e Tepicht (1973).

O produtor familiar, segundo estes autores, tem como característica

principal a utilização da mão-de-obra familiar, cujo trabalho reverter-se-á em renda indivisível, utilizada para satisfazer as necessidades da família, tanto biológicas quanto as estabelecidas socialmente, como a compra de uma televisão, trator, geladeira, etc.

Ninguém da família recebe salário, mas recebe alimentos, vestuário, educação etc. A lógica de funcionamento da produção familiar estabelecida está baseada no balanço trabalho/satisfação de necessidades ou braços e bocas, ou seja, o ritmo de trabalho é determinado pelo volume de necessidades a serem satisfeitas.

Mais adiante, quando da análise da rentabilidade da atividade sericícola, veremos que estas características são claras no raciocínio do produtor quando do estabelecimento de suas despesas e receita.

A atividade camponesa sericícola charqueadense, não tem uma característica puramente mercantil, pois é constituída de um conjunto de atividades que não resultam, somente no cultivo de produtos para o mercado, mas também cultivos para auto-consumo. Assim, a sericicultura, em Charqueada, pode ser considerada, conforme Tepicht, uma economia parcialmente mercantil.

Esta economia parcialmente mercantil, segundo Tepicht, constitui um modo de produção particular, dominado, cujas regras de funcionamento são determinadas pela estrutura econômica dominante no momento, ou seja, a capitalista.

O modo de produção é, segundo Harnecker (1983:138), um "conceito teórico que permite pensar na totalidade social como uma estrutura dominante, na qual o nível econômico é determinante em última instância."

Segundo esta autora, todo modo de produção é constituído por uma estrutura global estabelecida através de três estruturas regionais:

- estrutura econômica;
- estrutura jurídico-política;
- estrutura ideológica;

Nos diferentes modos de produção, uma destas estruturas domina, ou seja, "desempenha o papel fundamental na reprodução do modo de produção determinante." (Harnecker, 1978: 15) No modo de produção capitalista, o nível econômico desempenha o papel de dominação, mas também o de determinação.

Neste sentido, o modo de produção camponês tem como estrutura dominante a ideológica. A lógica camponesa de obtenção de renda através do binômio trabalho da família / consumo, o forte individualismo quanto ao exterior, representado pela percepção do "nosso", do "outro" ou "deles", assim como o forte coletivismo interno, tornam-na particular e persistente. O camponês não objetiva a obtenção dos lucros, somente a satisfação das necessidades familiares.

No entanto, essa satisfação de necessidades se faz hoje por intermédio de uma vinculação ao mercado, direta quando o produtor familiar consegue executar todo o processo produtivo sozinho e com seus próprios meios, forma não muito dominante, ou através de uma vinculação indireta, como já vimos, tendo como intermediário alguma indústria, para a qual este produtor é um fornecedor de matérias-primas.

Esta vinculação sem dúvida, fará com que o pequeno produtor, ideologicamente camponês, subordina-se à indústria através do complexo agroindustrial, que lhe impõe novos equipamentos, insumos e processos. Isso tudo, é possível, graças às leis e políticas do Estado que estabelecem preços mínimos, subsídios, crédito etc. Por conseguinte, o produtor familiar, subordinado à estrutura econômica dominante

representada pelo capitalismo, continuará produzindo sem perder a lógica camponesa. Tratando do que chamou debilidade do capital em transformar totalmente a agricultura, Graziano da Silva (1982) explica que, a debilidade referida não implica na não dominação do capitalismo, mas sim uma forma específica de dominar a agricultura, na qual predomina o capital comercial.

O que o autor observa, é que estas pequenas unidades de produção não são fechadas ou totalmente independentes, pois participam efetivamente do mercado de venda de produtos e de compra de insumos e "é justamente nessa vinculação crescente ao mercado, à circulação capitalista de mercadorias que se materializam as formas concretas de extração do excelente ou sobretrabalho desses camponeses." (Silva, 1982: 127).

Para Chayanov, a vinculação ou incorporação do pequeno produtor familiar ao capitalismo industrial denomina-se concentração vertical. A característica principal desta concentração diz respeito, principalmente, à substituição do capital local investido na produção pelo capital social.

Este fato é claro em Charqueada, quando retornamos ao processo histórico de desenvolvimento da atividade sericícola no município e observamos que uma primeira fase deste desenvolvimento alcançou êxito, graças a investimentos locais dando origem, até mesmo, à uma cooperativa. Com o avançar do processo de dominação industrial sobre o produtor e principalmente após o surgimento do CAI, as relações de produção se alteraram. A fiação local, não sustentando mais a produção de acordo com as exigências do mercado, obrigou-se a encerrar atividades e o produtor passou a vincular-se à uma empresa multinacional.

"A determinação desses fatores leva a unidade familiar a operar com outros meios de produção, sobre os quais não tem controle, e a alterar o processo de produção, submetendo-se à produção capitalista via integração vertical." (Neves, 1981: 20).

RELAÇÃO ENTRE O PRODUTOR DE CASULOS E A FIAÇÃO

Executando o processo de casulamento, colheita, limpeza e classificação, os casulos são entregues periodicamente em uma propriedade, no município considerado um posto de comercialização.

Este posto assume uma importância regional, já que, produtores de outros municípios deslocam-se para Charqueada quando necessário, para entregar seu produto. Neste sentido, o município, apesar de não ser considerado mais um produtor em grande escala, ainda mantém-se representativo regionalmente.

No posto de comercialização, tanto se recebe casulos como se distribui larvas. Nem sempre a fiação executa as duas tarefas no mesmo dia. É comum a visita dos técnicos quase que semanalmente, isto principalmente por nem todos os sericultores possuem uma amoreira preparada para o mesmo período.

Para a fiação, apesar da distância fornecedor — indústria que impõe um deslocamento longo e constante, parece ser compensador, pois fica demonstrado assim seu poder de dominação no Estado. Além do que, segundo o gerente da fiação, o posto de compra de casulos da Bratac em Duartina (359 mil quilos na última safra), não consegue suprir a demanda e assim a expansão do número de produtores e de áreas produtoras sempre se faz necessária, mesmo que isto signifique um deslocamento maior dos técnicos. (Folha de São Paulo, 15/09/87).

As negociações sempre são feitas por intermédio de notas fiscais, que chegam para o produtor com as larvas, identificadas com seu nome, assim como quando

da entrega do casulo, outra nota é expedida. Não existe um contrato de compromisso entre produtor e indústria. De certa forma, isto não é necessário, já que a fiação Bratac é a monopolizadora do mercado de seda no Estado e até mesmo, de certo alcance nacional.

Não existindo outro fornecedor de larvas que concorra com ela, causando problemas e assim tornando necessário um compromisso legal representado por um contrato de compra e venda, se o sericultor não obtiver a larva com esta indústria não tem como desenvolver a atividade.

Sua subordinação torna-se, então, ainda mais rigorosa, a medida que, se a indústria repentinamente parar de lhe fornecer as larvas, ele não terá como exigir o fornecimento, sem um contrato pré-estabelecido fica sem possibilidade de recorrer legalmente por violação de contrato.

No posto de comercialização, os casulos entregues são pesados, para que assim se saiba o total da produção. Todo o processo de pesagem e classificação é realizado sob a fiscalização do produtor, quando este se faz presente, sendo comum a entrega, por um único produtor, da produção de vários produtores.

Após a pesagem, executa-se uma coleta aleatória dos casulos nos diferentes sacos, até se atingir um total de quinhentos gramas de casulos.

Os casulos coletados, são então, distribuídos em um quadro de contagem, que tem como finalidade determinar o número e tamanho dos casulos existentes nos quinhentos gramas de referência. Este processo indica para a indústria a qualidade e a produtividade da criação e conseqüentemente, de cada produtor. Uma criação que atinja um nível muito baixo de produtividade e qualidade terá seu respectivo produtor alertado e orientado pelo técnico para que seja detectado e sanado o problema.

Retirados os casulos do quadro, efetua-se a classificação dos mesmos em casulos de primeira, de segunda. Os casulos duplos já são selecionados e entregues separados pelo produtor.

"Entende-se por casulos de primeira os casulos selecionados, homogêneos, conforme o tamanho, cor e aspecto, consistentes, limpos, com crisálidas vivas, tolerando-se pequenas manchas externas." (Portaria 001 de 28.07.1975, 02).

Os casulos de segunda, são aqueles "casulos calcinados, manchados externamente nas áreas mais extensas, com crisálidas não formadas, pequenos defeitos de bosque, ligeiras irregularidades na forma, pontas finas visíveis e palpáveis e cascas finas." (Portaria 001 de 28.07.1975, 03).

Os casulos duplos são "os casulos grandes, mal formados e constituídos por duas crisálidas." (Portaria 001 de 28.07.1975, 03).

Os casulos têm dimensão variável, segundo raça e alimentação das larvas. Nem sempre é o tamanho do casulo por si só que determinará a qualidade do mesmo. Esta qualidade é medida de acordo com sua riqueza em fio de seda, determinada pela relação entre o peso da crisálida e o material sérico que a envolve e que compõe o casulo.

A divisão em categorias (primeira, segunda, duplo) conforme vimos, apenas classifica visualmente os casulos. Certamente que, um casulo de primeira possui um fio de seda mais uniforme e resistente que um de segunda. No entanto, em termos de quantidade de fio, o casulo duplo seria mais rico, não fosse o fato de que ao construírem o casulo juntas, as larvas tornam o fio embaraçado e sujeito a arrebentar quando for fiado.

Para uma melhor orientação dos produtores e evitar equívocos de classifi-

cação, existe no posto de comercialização um quadro que demonstra exatamente as características de cada um dos diferentes tipos de casulos.

Após a classificação visual da amostra, trinta casulos de primeira são separados e pesados em uma balança de precisão. Em seguida cortam-se os casulos, retirando as crisálidas e o espólio, pesando novamente apenas a casca de seda que compunha o casulo.

A pesagem da casca possibilitará a determinação do teor de seda dos casulos e conseqüentemente seu preço. Os casulos de segunda, também são pesados e determinam o valor do descarte.

A demonstração dos cálculos executados para a determinação do preço do quilo do casulo, segundo seu teor de seda, deixou claro todo o processo de obtenção de lucro por parte da indústria. Para exemplificação, utilizou-se a tabela de preços fornecida pela indústria para 1985.

Nos 500 gramas de casulos pesados, obteve-se 331 casulos, dos quais 480 gramas eram casulos de primeira e os 20 gramas restantes, casulos de segunda, denominados descarte.

Os trinta casulos bons separados, alcançaram um peso de 49,2 gramas com crisálida e 9.9 gramas sem elas. Efetua-se uma divisão do valor obtido com casulos sem crisálidas, pelo obtido com elas, e assim chega-se ao teor bruto de seda. Este resultado é multiplicado por 72% (porcentagem de seda aproveitável) que alcança o valor de 14,48, correspondendo este valor, ao teor de seda líquido, para a criação em questão. O descarte é calculado, em relação ao peso total da amostra.

Obtidos os valores de teor de seda e descarte, estes são então, localizados em uma tabela, na qual a relação entre estes dois valores indicará o preço do quilo do casulo.

Em resumo os cálculos efetuados foram os seguintes:

- 331 cas = 500 gr
- 30 cas = 49,2 gr (com crisálida)
- 30 cas = 9,9 gr (sem crisálida)
- 20.0 gr = descarte
- 500 gr = 100%
- 20 gr = X
- X = 4% (porcentagem de descarte,

Tabela de preços

		% de Descarte	
8	4%		15%

19%			
14.48%	-----	Cr\$ 7.068	Preço por quilo de casulos
13%	-----		

(Fonte: Oliveira e Camargo, 1985: 106-107)

Os casulos de primeira são pagos, segundo esta tabela, e para cada produtor são executados todos estes cálculos, individualmente. Os casulos de segunda, já entregues separados pelo produtor, são pagos mediante uma avaliação visual executada pelo técnico da fiação. Os casulos duplos também são entregues e seu preço já é pré-estabelecido, sem ser efetuada qualquer avaliação.

A entrega dos casulos de segunda e duplos, apesar de pouco influenciar no pagamento total da produção, sempre possibilita ao produtor um ganho a mais que pode, por exemplo, pagar o cal e o formól que ficou devendo ou parte das larvas. Alguns produtores pela falta de cuidado com a criação obtêm certa quantidade de casulos inaproveitáveis, em geral manchados, e como para a indústria, estes são os casulos menos recomendados, o preço é rebaixado em relação aos demais, pois já na avaliação visual percebe-se a baixa qualidade.

Estipulado o preço do quilo do casulo e determinado o valor total da produção, efetua-se o pagamento ao produtor, após serem subtraídos do valor total o correspondente ao formol, cal e larvas em débito. O sericultor no momento de saldar sua dívida, conhece o preço da larva que tem um peso maior em relação aos outros produtos. A fiação estipula também o preço do cal e formól que nem sempre são divulgados ou correspondem ao preço do mercado. Seu valor é sempre superior e a justificativa é o fato de o pagamento do produto nunca ser efetuado no momento da compra.

Apesar de pagar um valor superior, o produtor considera até "mais cômodo", já que segundo eles, quando vem buscar as larvas já têm, disponível, os outros produtos, sem ser necessário dirigir-se até a cidade para efetuar a compra e principalmente por não precisarem efetuar o pagamento no ato. Mesmo sem capital, a produção não está comprometida.

Um problema sério e já citado anteriormente, diz respeito ao peso exato do pedido de larvas efetuado pelo sericultor que,

"ressente-se da falta de assistência oficial no que se refere a fiscalização da produção de ovos de sirgos. Atualmente, em decorrência da inexistência deste serviço, essa atribuição fica exclusivamente a cargo das indústrias fornecedoras de larvas, o que tem ocasionado sérios problemas. O que se constata é que alguns institutos de produção de sirgos, enviam ao criador uma porcentagem de larvas a mais do que consta em seu pedido, resultando isto em maior quantidade de casulos por gramas de larvas solicitadas. Isto resulta em sérios prejuízos para os criadores, pois, pela falta de espaço nas esteiras, superpovoadas, a qualidade dos casulos torna-se comprometida, refletindo não só no preço do casulo, como na qualidade do fio."
(Okino, 1982: 18-19)

Para diminuir o abuso e sua subordinação às fiações, os produtores sericícolas propuseram, juntamente com técnicos especialistas no assunto e que tem atividades em órgãos estatais, que a participação do Estado fosse mais ativa na classificação dos casulos e fios e na inspeção da sanidade das larvas e ovos. A saída seria a criação de critérios para classificação que fossem seguidos pelas fiações e controlados por um órgão governamental. No entanto, estes critérios existem, estabelecidos legalmente mas, como justificam as fiações "é vasto o volume de produções entregues às

empresas, tornando-se difícil a análise pelo governo, enquanto que as mesmas já possuem todo um esquema de recebimento, com vários pontos de compra" (Corradello, 1987:97)

Sujeitando-se às estipulações da indústria, tanto recebendo larvas a mais do que o pedido ou aceitando os preços estabelecidos muitas vezes somente através de uma análise visual, o sericicultor está na realidade entregando trabalho de graça à sociedade, representada pela fiação. Sabendo, que só conseguirá bons preços, se os casulos entregues forem de boa qualidade, o sericicultor coloca isto como uma necessidade que deve ser satisfeita e só será conseguida se o ritmo de trabalho for aumentando, ou seja, se mais alimentações forem ministradas e se o amoreiral for melhor tratado.

Entretanto, esta auto-exploração a que se submete a família, nunca é devidamente compensada. Mesmo sendo de boa qualidade, os casulos nunca receberão por parte da indústria o valor devido, já que é ela quem tem exclusividade na compra e por conseguinte no estabelecimento do preço. Assim, aquele trabalho a mais da família é mais-valia apropriada pela fiação.

Neste sentido, Abramovay explica,

"O funcionamento da agricultura camponesa não pode ser explicado segundo o esquema neo-clássico da 'remuneração dos fatores', em que o pequeno agricultor teria um determinado retorno pelo uso da mão-de-obra (salário), pela terra (renda) e pelo capital (lucro), na falta do qual ela abandonaria a produção. O que existe é o 'produto de seu trabalho' (Chayanov, 1981, p. 138) que não pode ser decomposto analítica ou objetivamente. Por isso o trabalho adicional de cada membro da família não aparece como recebendo uma remuneração cada vez menor, por que ele contribui para aumentar esta 'renda indivisível'. E é claro que este trabalho adicional só será agregado à produção se o esforço que ele representa for minuciosamente compensado em termos de uma contribuição para a satisfação das necessidades familiares." (Abramovay, 1981:80).

Os preços estabelecidos pela fiação para os casulos, como vimos, nunca seguem as determinações governamentais. Para exemplificar, vejamos os preços mínimos estabelecidos para o período Março a Maio de 1985 pelo Ministério da Agricultura:

Casulo Verde de Primeira
Porcentagem de Seda

Preço (em cruzeiros)

13% de seda	6 962
14% de seda	7 497
15% de seda	8 033
16% de seda	8 569
17% de seda	9 104
18% de seda	9 640
19% de seda	10 175

Casulo de 2.a: de Cr\$ 1 912 a Cr\$ 2 700

Fonte: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo

A partir destes dados fica demonstrado que a fiação estabelecia um preço máximo (Cr\$ 5 610) para os casulos de primeira, inferior àquele determinado pelo governo, por conseguinte os preços sucessores também eram inferiores.

Assim, fica claro que, o processo de classificação dos casulos, ou de outro produto agroindustrial com as mesmas características, nada mais é que uma forma da empresa rebaixar os preços dos produtos, favorecendo a si própria em prejuízo do produtor.

Se, no caso da sericicultura, a comercialização é realizada com tanto cuidado e minúcia, a assistência técnica aos criadores não recebe a mesma importância. A visita do técnico restringe-se à comercialização e é este mesmo técnico que visita as propriedades próximas ao posto, para orientar um produtor, que solicitou, no pedido das larvas. Os produtores mais distantes nunca recebem esta visita, reclamando o fato ou justificando-o, pois, já trabalham na atividade há algum tempo e não necessitam de interferência.

A fiação não demonstrou interesse em orientar os produtores para o uso de novas técnicas. Sabe-se que, apesar de possuir uma representatividade regional, Charqueada não possui mais destaque estadual ou nacional em termos de produção, como anteriormente. O número de produtores é reduzido e são poucos os capitalizados, ou seja, aqueles que poderiam implantar novas técnicas e equipamentos. Assim, Charqueada mantém-se como uma área produtora e mesmo empregando materiais rústicos, ainda desperta interesse da fiação que consegue extrair algum rendimento do trabalho dos produtores e suas famílias.

A subordinação a que se submete o produtor familiar, em qualquer que seja a atividade agrícola deve-se em primeiro lugar, ao fato dos produtores ou associações a que pertencem (cooperativas) não dominarem a tecnologia de obtenção dos insumos para produção. No caso da sericicultura, diz respeito à obtenção dos sirgos. Se o produtor obtivesse este insumo mais livremente no mercado, por exemplo quando da existência do Instituto de Sementagem que vendia os ovos a quem se interessasse, ele teria autonomia para escolher a quem vender o produto final.

Por outro lado, as indústrias concentradas formam cartéis, o que prejudica a livre concorrência e principalmente a estipulação dos preços para os produtos, ditados segundo seus interesses.

Assim, enquanto um modo de produção dominado, a economia camponesa, sem possuir o controle total da produção, submete-se e interioriza as regras e ditames do sistema capitalista e desta forma persiste, mantendo o que lhe é primordial, ou seja o trabalho familiar.

Rentabilidade Físico-Econômica da Produção

Na economia camponesa, o trabalho familiar é a forma predominante através da qual a família consegue seus ingressos e satisfaz suas necessidades.

Na sericicultura em Charqueada constatou-se que o agricultor não trabalha só.

Se o objetivo do camponês é satisfazer as necessidades familiares, isto é alcançado das mais variadas formas. No momento do cômputo dos ganhos, todos os in-

gressos são computados como resultado final do trabalho da família. Não se distingue o trabalho da mulher na propriedade ou o de pedreiro na zona urbana ou ainda, o de sericicultor ou puxador de cana. É o equilíbrio entre o trabalho e a satisfação de necessidades objetivas ou subjetivas que vai determinar se continuará havendo a auto-exploração da família ou se a quantidade de trabalho poderá ser reduzida para alguns membros.

Neste balanço, o produtor privilegia seus débitos, ou seja, reserva em primeiro lugar, o valor correspondente às suas despesas sejam elas financiamentos, compra de insumos, pagamento pelo uso da terra e por eventual utilização de força de trabalho externa à família ou maquinário de outro proprietário. Deduzidas as despesas, o restante será utilizado para reprodução da família.

No caso de Charqueada, quando indagamos sobre o custeio da criação do bicho-da-seda, nem sempre a resposta retornou diretamente. Alguns sericicultores não conseguiram dizer exatamente o quanto lhes custa a grama de larvas a ser criada. A total dominação da criação na realização das negociações coloca o sericicultor como participante passivo.

Apesar das dificuldades em obter junto aos produtores o valor das despesas e ingressos, um sericicultor se prontificou a realizar todos os cálculos necessários e principalmente, segundo ele, "despertar a atenção dos interessados para o pequeno rendimento que consegue um sericicultor ao final de uma cria que absorve quase todo o lucro que lhe caberia podendo ainda resultar em um débito a ser liquidado na próxima criação." (Oliveira e Camargo, 1985:82).

Na análise dos itens de despesas do produtor, observou-se que foram contabilizados serviços com maquinário. O informante não possui trator e, necessitando deste implemento, paga por sua utilização a terceiros. À exceção de um meeiro que utiliza o trator do proprietário dividindo as despesas, todos os sericicultores possuem trator, assim como outros equipamentos (cultivador, sulcador, arado, roçador, plainé e grade) utilizados na ocasião da poda da amoreira, no preparo do solo, transporte de folhas e limpeza do rancho. A despesa com trator, mesmo existindo, não é contabilizada já que muitos sericicultores utilizam maquinário próprio primordialmente em atividades como a canavieira e o cultivo de alimentos, não podendo assim, determinar exatamente o quanto dispenderia com o uso do trator na sericicultura.

O maior índice de despesas é sem dúvida alcançado pela mão-de-obra. Apesar de estar contabilizado, este valor não é debitado na realidade como despesa. Utilizando a força do trabalho da família no desenvolvimento da atividade, o sericicultor não a distingue como remuneração em salário monetário. A família receberá por seu trabalho alimentos, vestuário, estudo, etc.

A família, em Charqueada, é a única fonte de trabalho para o sericicultor. Crianças, mulheres e algumas pessoas idosas trabalham incessantemente, sujeitando-se à auto-exploração para que a atividade sericícola, que é a principal fonte de renda, assim o continue. O salário, como vimos, não existe. Todos trabalham para manter o patrimônio da família que é a propriedade da terra. Nesse sentido, fica caracterizado um forte coletivismo interno, no qual as necessidades ou decisões da família têm precedência ao querer individual, a ponto de fazer com que o filho trabalhe para o pai sem exigir remuneração, mesmo quando abandona um emprego na zona urbana e retorna à propriedade para auxiliar a família. (Tepicht, 1973).

O material consumido na produção de casulos é pago da seguinte forma: o adubo e o jornal são pagos diretamente no momento da compra efetuada pelo seri-

cicultor, sendo os outros produtos fornecidos pela fiação (larva, formol e cal), pagos no momento da entrega dos casulos.

Este fornecimento de larvas e insumos antecipados vai possibilitar ao produtor a reprodução do processo produtivo, ficando estabelecida uma relação de endividamento com a fiação a ser saldada posteriormente.

A fiação não financia o adubo que alguns produtores utilizam e assim muitos amoreirais ficam desprovidos deste insumo. Era comum entre os sericicultores até 1984, a adubação orgânica por esterco de galinha. A elevação excessiva no preço fez com que sua utilização fosse suprimida.

O adubo químico é utilizado em menor escala e em geral sua compra é efetuada para ser empregado na cana-de-açúcar. A utilização deste adubo vem se restringindo devido também à alta do preço, sendo que sua compra é efetuada, em pequena escala graças a empréstimos bancários, realizados em função da cana-de-açúcar.

Determinada a produção total de casulos e efetuado o pagamento das despesas, o que restou ao sericicultor será utilizado pela família para suprir suas necessidades por mais de um mês até que o amoreiral atinja novamente a fase de colheita de folhas. Há apenas um sericicultor no município que alcança uma criação por mês em toda safra totalizando sete criações. Os demais executam uma média de três a seis criações por safra.

Tornam-se assim importantes as atividades complementares, realizadas pelos sericicultores, que possibilitarão ingressos nos períodos em que se espera pelo crescimento da amoreira, durante a safra. Observa-se ainda, que restringindo-se a safra sericícola a sete meses ao ano, ficam os meses restantes disponíveis também para a realização de outras atividades.

Buscar esta complementariedade da renda familiar, possibilita uma certa estabilidade que implica na manutenção das necessidades e do patrimônio da família.

Segundo Chayanov (1974: 118), "en numerosas situaciones no es una falta de medios de producción lo que origina ganancias provenientes de las artesanías y comercio, sino una situación de mercado más favorable para este tipo de trabajo, en el sentido de la remuneración que brinda a la fuerza de trabajo campesina, comparada con la de la agricultura."

O corte da cana-de-açúcar, realizado no período de entressafra da sericultura, é a atividade mais próxima e rendosa que absorve a força de trabalho sericícola ociosa. A atividade canavieira passa a ser, então, a segunda fonte de ingressos da família-sericícola de Charqueada. Quando proprietário da terra, o produtor arrenda parte da propriedade ou utiliza a força de trabalho da família para a realização desta atividade, tanto na produção direta, quanto somente no corte da cana. Quando parceiro, em geral assalaria-se, juntamente com a família, para assim obter ganhos que, complementando sua renda, permite-lhe continuar reproduzindo-se enquanto sericicultor.

São muito diversas as opiniões dos sericicultores com relação à rentabilidade da sericultura. Em alguns casos, a baixa rentabilidade fez com que o produtor deixasse a atividade, buscando o cultivo da cana, a criação de galinhas ou ainda a produção de alimentos. Em outros casos, a sericultura tem possibilitado o desenvolvimento do sericicultor que, com a renda sericícola, pode alcançar um nível de vida razoavelmente elevado. Podemos comprovar este fato quando do depoimento de dona Josefa Garcia, que diz que a sericultura lhe tem possibilitado a aquisição e paga-

mento de financiamentos bancários e a realização de outras tarefas.

Rentável para alguns, custosa para outros, a sericicultura em Charqueada aparece diferentemente caracterizada para os produtores, pois em cada propriedade ela exerce uma função distinta. Naquelas propriedades em que é a atividade principal e única fonte de renda da família, ela é vista como uma atividade que exige muito trabalho, mas que no entanto, não remunera devidamente, sendo necessário um complemento através do assalariamento.

Em outras propriedades, ainda como atividade principal, a sericicultura é vista como rentável e ainda oferece a oportunidade de uma diversificação na produção, de certa forma até subsidiando outros cultivos como alimentos, cana-de-açúcar e hortaliças.

Como cultura complementar, ela é mais uma fonte de ingressos para aqueles que a praticam.

Especificar então, se a sericicultura é rentável ou não fica difícil se levarmos em consideração somente seus custos e rendimentos. Ela é rentável para quem pode nela investir, para quem tem a propriedade da terra e tem alguma autonomia, para decidir sobre o processo produtivo.

A sericicultura possibilitou alguma acumulação pelo sericicultor, representada pela compra de mais uma propriedade, de implementos agrícolas, da melhoria de sua casa.

O sericicultor, juntamente com sua família nunca diminuiu o ritmo de trabalho quando foram alcançados índices de produção mais elevados. Se o trabalho da família estava possibilitando maiores ingressos, sua atitude era a de aumentar o patrimônio da família. Assim, quando do primeiro período de desenvolvimento da atividade no município, inúmeros foram os casos de aquisição de propriedades. A dependência do mercado provocou muitas vezes oscilações na produção, e uma fase de mercado favorável provocou também a acumulação, sem contudo significar uma diminuição na quantidade de trabalho da família.

De fundamental importância na determinação da rentabilidade da sericicultura está também o papel de denominação determinado pela fiação. Como vimos, a especificação dos preços e da qualidade é decidida pela indústria e assim muitos sericicultores são prejudicados e principalmente explorados, já que a obtenção de casulos de boa qualidade se coloca para eles como uma necessidade e o empenho da família vai todo no sentido de satisfazê-la sem ser compensado adequadamente.

Considerações finais

A participação do mercado na vida camponesa estabeleceu mudanças no processo produtivo. Desde o surgimento do mercado, o produtor familiar deixou de ser auto-suficiente e passou a sofrer interferências do meio externo à família. Sua produção voltou-se para o mercado e as relações produtivas passaram a ser ditadas pelo modo de produção capitalista.

A dominação deste modo de produção, através do vínculo produtor-agroindústria, consegue realizar-se plenamente graças à incapacidade técnico-financeira do produtor familiar no controle total da produção. Controlar o fornecimento da matéria-prima e a compra da produção final através da condição de monopólio,

coloca a indústria em uma posição de dominação, sem concorrência como compradora e sem a interferência estatal no fornecimento dos sirgos, o que talvez pudesse colocar o produtor em uma situação de maior liberdade.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na Vida Camponesa: o Sudoeste do Paraná*. São Paulo. USP. 1v. 274p. (Dissertação de Mestrado)
- CHAYANOV, Alexander V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires. Nueva Vision. 1974. 342 p.
- CORRADELLO, Elaine de F. A. *Bicho-da-seda e Amoreira* — Da folha ao fio a trama de um segredo milenar. São Paulo. Icone Ed. 1987. 100p.
- DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. São Paulo — Campinas. Icone-Unicamp. 1985 240p.
- FOLHA DE SÃO PAULO. "Bicho-da-seda dá mais trabalho que lucro". *Agrofolha*. n.º 64 — Ano 2. 15 de Setembro de 1987. pp. B-8.
- HARNECKER, Marta. *O Capital Conceitos Fundamentais*. São Paulo. Global Ed. 1978. pp. 11-79.
- . *Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico*. 2a. ed. São Paulo. Global ed. 1983.
- NEVES, Delma Pessanha. *Lavradores e Pequenos Produtores de Cana*. Rio de Janeiro, Zahar Ed. 1981. 212p.
- OKINO, I. "Situação Atual da Sericicultura Paulista". In: *Manual de Sericicultura*. São Paulo. 1882. pp. 17-21.
- OLIVEIRA, Darlene Ap. e CAMARGO, Elisabeth de. *A Sericicultura e a Indústria da Seda na Região de Charqueada (SP)*. UNESP — Rio Claro. 1985. 144p. (Trabalho de Graduação).
- SILVA, José Graziano. *A Modernização Dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar Ed. 1982. 192p.
- . *A Pequena Produção Agrícola*. 5º Encontro Nacional da Geografia Agrária. Santa Maria. 1984. 83p.
- TEPICHT, Jerzy. *Marxisme et Agriculture: le Paysan Polonais*. Paris. Librairie Armand Colin. 1973. 251p.